

Ata n.º 2
Sessão Extraordinária

Ao nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, na sala Multiusos Fernando Ribeiro Leitão, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 40, r/c esquerdo, em Queluz, reuniu a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em Sessão Extraordinária convocada pela sua Presidente, Soraia Almeida, com a seguinte Ordem do Dia:-----

1. Apreciar e votar a ata em minuta da reunião anterior;-----
2. Deliberar a constituição de um grupo de trabalho para a revisão do regimento;-----
3. Apreciar e votar a proposta de autorização genérica de assunção de compromissos plurianuais dos procedimentos de despesa com encargo orçamental em mais do que um ano económico;-----
4. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião.-----

Estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes das respetivas listas de presença que se anexam à presente ata. (Anexo 1)-----

A Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão, começando por ler a correspondência recebida, bem como as respetivas respostas. Do partido Chega foi recebido o seguinte e-mail: “Agradecemos informações sobre a(s) data(s) da próxima(s) Assembleia de Freguesia, tão breve quanto possível”.-----

A resposta dada, foi a seguinte: “Em resposta ao vosso mail de 29 de outubro, encarrega-me a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, de informar V. Exas. que, de acordo com a lei em vigor, as reuniões ordinárias da assembleia de freguesia têm momento próprio para ser realizadas pelo que aquando do seu agendamento serão os eleitos(e naturalmente por estes os respetivos partidos e movimentos), os primeiros a tomar conhecimento da mesma e os demais fregueses de Queluz e Belas mediante a afixação de editais e pelas demais vias habituais. As reuniões extraordinárias não têm datas certas, precisamente por serem extraordinárias, pelo que no devido momento, o procedimento será exatamente o mesmo. A lei obriga a quatro Assembleias de Freguesia por ano, a realizar em abril, junho, setembro e dezembro. Todas as outras Assembleias serão extraordinárias, e serão convocados de acordo com a lei. Neste momento está agendada uma reunião para o próximo dia 9 de novembro como já é do conhecimento público e certamente de V. Exas.”-----

Foi também recebido um e-mail remetido pelo Vogal Pedro Rola, da Iniciativa Liberal, o qual passou a ler: “No seguimento da convocatória cuja boa receção acuso, venho solicitar que sejam colocados os seguintes pedidos de informação à Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia: 1 – Está prevista a transmissão online da reunião agendada para 09 de novembro de 2021 através do Canal de Youtube da Freguesia ou de qualquer outro meio telemático? 2 – Está prevista a presença de público (fregueses) nessa reunião e em caso afirmativo qual a lotação máxima? Muito Obrigado”.-----

Face ao exposto, foi dada a seguinte resposta: “Em resposta ao solicitado, encarrega-me a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, de informar que a Assembleia de Freguesia será e continuará enquanto se verificar

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

necessário, a ser transmitida como habitualmente e, como certamente compreenderá, a limitação da presença do público depende da dimensão da sala e da verificação do cumprimento das regras de distanciamento e demais ainda requeridas pela DGS. Tratando-se de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária não há intervenção do público, mesmo que haja condições para a sua presença”.

A Presidente da Mesa informou, ainda, ter havido um pedido de substituição da Vogal Ana Brinco, da bancada do CDS, que não pôde comparecer, tendo sido convocado o Vogal José Manuel Ferreira, passando de seguida para a leitura da convocatória.

O Vogal Filipe Borregana pediu a palavra e referiu que, nas Assembleias Extraordinárias, não há o período antes da ordem do dia e por isso não há entrada de moções, etc., mas é sempre dada a palavra ao público.

A Presidente da Mesa mencionou que de acordo com o número 6 do artigo 26 do regimento da Assembleia “Nas sessões extraordinárias não há o período designado de «Antes da Ordem de Trabalhos»”, não se dá a palavra ao público.

O Vogal Filipe Borregana referiu que o público intervém sempre antes desse ponto e que o artigo 17º refere o seguinte: “Caráter público das sessões e uso da palavra pelos cidadãos – 1. As sessões da Assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir” e também refere que podem intervir desde que haja inscrições, depois temos o período antes da Ordem do Dia e depois o período da Ordem do Dia. A única menção que faz o nosso regimento é que não há o período antes da Ordem do Dia. Não faz nenhuma menção a que os cidadãos não possam inscrever-se para falar. Temos três períodos no nosso regimento, é o período do público com trinta minutos, o período antes da Ordem do Dia com sessenta minutos e o período da Ordem do Dia com cento e vinte minutos, ou seja, o período do público é um período extinto inclusivamente que vem antes do período da Ordem do Dia e nunca se deixou de dar a palavra ao público porque a única menção que faz no nosso regimento, nas Assembleias Extraordinárias, é que não há o período antes da Ordem do Dia.

A Presidente da Mesa questionou se haveria alguém do público que se quisesse inscrever, dando a palavra ao Senhor Bento Correia.

O senhor Bento Correia, representante da “Cooperativa O Nosso Lar” expôs a sua intervenção relativa aos espaços públicos da Quinta do Mirante. (Anexo 2)

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas cumprimentou todos os presentes, começando por referir já conhecer o Sr. Bento Correia há algum tempo e que o mesmo vem sempre falar da Cooperativa da Quinta do Mirante, e que gostaria de elucidar os senhores vogais e o público presente sobre a situação da mesma. De facto, a Quinta do Mirante foi em tempos gerida pela Cooperativa, que a geriu bem, nunca disseram o contrário, mas em determinado momento a Câmara Municipal de Sintra assumiu a gestão desses espaços públicos e recentemente a mesma entendeu, em parceria com as Juntas, a reformulação dos protocolos que tinham sido anteriormente celebrados, aditar a esses protocolos novos espaços. E um deles é a Cooperativa da Quinta do Mirante e o espaço da Quinta do Mirante. Dirigindo-se ao Sr. Bento Correia, referiu achar sempre correto contar a história toda porque de facto assumiram recentemente, não foi logo a partir de julho porque, entretanto, as verbas também não vieram logo, mas assim que este Executivo soube que ia assumir os espaços verdes da Quinta do Mirante, tal como outros dois, procuraram junto da

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Cooperativa, nomeadamente na sua pessoa, tentar chegar a um acordo para ver se a Cooperativa assumia ou não a gestão do espaço como aconteceu no passado. Tiveram uma reunião, houve contrapropostas e, no final, voltaram a pedir quais eram as exigências dos mesmos para assumirem a ocupação dos espaços públicos da Quinta do Mirante e receberam um pouco antes das eleições, uma proposta. Atendendo a que estavam em época de campanha eleitoral não puderam dar uma resposta porque não sabiam como ia correr o ato eleitoral e, nesse sentido, ficou o processo pendente. Portanto, neste momento estão em condições para decidir o que vão fazer relativamente ao espaço público da Cooperativa na Quinta do Mirante. Seria bom o Sr. Bento Correia ter contado aquilo que estavam a tentar porque estão a ver se conseguem negociar. A sua intervenção demonstra que se calhar não está interessado em ficar com o espaço público e, então, se calhar, é a Junta de Freguesia que irá assumir a sua gestão e, portanto, há aqui questões que levantou sobre sobreiros, iluminação que, como sabe, nós temos de reportar essas situações à Câmara Municipal e espera que tenha reportado à Junta ou tenha reportado diretamente para a Câmara essas deficiências porque a Junta não as resolve. A Junta é intermediária junto das entidades competentes para o efeito e será através delas que as coisas ocorrerão. Relativamente ao edifício do IHRU, é verdade que é um edifício abandonado há muitos anos, já antes destes últimos mandatos, sabe que há várias possibilidades de negociação com o IHRU para aquele espaço, mas o valor que pedem à Câmara Municipal de Sintra é exorbitante, ou seja, se a Câmara adquirir aquele equipamento e, se tiver de construir, sai mais caro do que propriamente aquilo que ele vale e, portanto, a Câmara também não descartou a possibilidade de encontrar uma solução e existem algumas soluções em perspetiva, mas ainda nenhuma delas concretizada.-----

A Presidente da Mesa passou à leitura da convocatória e deu a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) cumprimentou todos os presentes e referiu que não receberam a ata e que gostariam de saber o que iriam votar no ponto um e se era uma ata ou uma ata em minuta porque faz diferença para a votação desta ordem de trabalhos.-----

A Presidente da Mesa agradeceu a intervenção da Vogal Helena Freitas referindo que de facto deviam ter votado a minuta da ata no dia da tomada de posse. Visto que houve a não leitura da ata, mas também porque houve um erro com a votação e tiveram que voltar a fazer a chamada, propôs, caso estivessem de acordo, que colocassem um aditamento à minuta da ata.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) propôs simplesmente alterar o ponto número um da ordem de trabalhos para aprovação da ata em minuta porque a ata em minuta só precisa de ser lida, tal como fazem em todas as assembleias onde, no final, a ata é lida e colocada à votação pelos membros da assembleia. Portanto, o que se pode fazer neste momento é fazer uma alteração da ordem de trabalhos de hoje e, em vez de votarem a ata, colocam ata em minuta. Assim, já poderão votar porque a ata vai ser lida, sendo que a proposta de alteração da ordem de trabalhos também tem de ser votada.-----

A Presidente da Mesa referiu que iriam votar a alteração sugerida de apreciar e votar a ata em minuta da reunião anterior e que, em substituição da ata, passa a ser ata em minuta.-----

Votação: A favor 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS/PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A alteração ao ponto número 1 da convocatória foi aprovado por unanimidade.-----

Com a alteração votada, a Presidente da Mesa propôs a votação da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS/PP – 2; CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.-----

De seguida, a Presidente da Mesa passou à leitura da ata em minuta da reunião anterior. Por fim, informou que o aditamento a que se tinha referido anteriormente foi na chamada que foi feita para a votação da mesa, tiveram que fazer a chamada duas vezes, querendo colocar à votação dos vogais presentes se concordam que seja colocado um aditamento à minuta da ata a referir que “foi verificado um erro na chamada para a votação da mesa, pelo que, submetido à aprovação da assembleia a repetição da votação que foi aprovada, foi retificada a chamada e foi feita nova votação e obtiveram-se os seguintes resultados.”-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu não fazer sentido na ata em minuta isso ficar escrito porque virá na ata em si. Na ata em minuta é só que foi votado e como foi votado.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS/PP) referiu concordar com a proposta da bancada da CDU e que deve ser retificado que a ata em minuta foi aprovada nesta presente reunião.-----

A Presidente da Mesa propôs a votação a ata em minuta da reunião anterior.-----

Votação: A favor: 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS/PP – 1; CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

O ponto número 1 foi aprovado por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa passou ao ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos “Deliberar a constituição de um grupo de trabalho para a revisão do regimento” e solicitou aos vogais presentes que, até ao final desta semana, indicassem os respetivos representantes através do e-mail da Assembleia de Freguesia para poderem designar um representante por bancada e se poder marcar a primeira reunião do grupo de trabalho para a revisão do regimento.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS/PP) referiu que a Presidente da Mesa deveria primeiro colocar a assembleia a deliberar se quer fazer a revisão do regimento ou não e, caso seja aprovado fazer a revisão, é que é constituído o grupo de trabalho.-----

A Presidente da Assembleia colocou o ponto número 2 a votação.-----

Votação: A favor: 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS/PP – 2, CH – 2, BE – 2; IL – 1).-----

O ponto número 2 foi aprovado por unanimidade.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) cumprimentou todos os presentes e dado esta ser a primeira sessão, quis desejar a todos os intervenientes na mesma, um bom trabalho durante estes próximos quatro anos. Referiu julgar que as bancadas poderiam indicar já qual o elemento que iria integrar o grupo de revisão ao regulamento e ficavam já com uma pequena ideia da constituição do grupo.-----

A Presidente da Mesa colocou essa ideia à consideração da Assembleia.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS/PP) referiu perceber a intervenção do Vogal do Partido Socialista, mas acha que poderiam ser mais amplos e, quem quisesse apresentar hoje ou indicar, hoje, o nome do seu representante, indicava, caso contrário, terá mais dois ou três dias, ou, até ao final da semana para indicar. Não há uma pressa desmedida para fazer esta revisão e em breve haverá uma nova Assembleia, mas é mais cauteloso até para que os próprios grupos falem entre si.-----

Neste sentido, a Presidente da Mesa referiu que as bancadas que quisessem já indicar um representante poderiam fazê-lo e quem não quisesse, até ao final da semana teriam de indicar o seu representante de forma a poderem marcar a primeira reunião do grupo de trabalho.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) informou que a bancada do PS indicava já o nome e que iria ser o próprio.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Pedro Rola (IL) referiu que a bancada da Iniciativa Liberal por exclusão de partes, indicava o próprio.

A Vogal Helena Coelho (PSD) informou que a bancada do PSD indicava o Vogal António Caxaria.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) cumprimentou todos os presentes, desejando a todos um bom trabalho e que consigam prosseguir os objetivos a bem da freguesia e dos fregueses. Referiu não ver inconveniente que a pessoa a indicar possa ser um segundo ou um terceiro elemento da lista porque no caso do Bloco de Esquerdo, o terceiro membro da lista é a Vogal Marisa Laneiro que pertenceu ao grupo que fez o regimento anterior e, caso fosse possível, gostaria de a indicar, não vendo inconveniente para isso. Se calhar, até iria pedir para se ausentar durante trinta dias e ela assumia essa questão.-----

A Presidente da Mesa referiu que, se for nessas circunstâncias, obviamente, teriam de aceitar a vogal indicada. Caso contrário, se for indicar já hoje ou até ao final da semana, teriam de ser eleitos aqueles que tomaram posse.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) informou que a bancada do Chega indicava o nome do próprio.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) indicou que a bancada da CDU indicava o nome do próprio.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) referiu julgar que, na sequência da intervenção da bancada do Bloco de Esquerda, as substituições podem ser pontuais na medida dos impedimentos dos eleitos, tal como, para as Assembleias. Como é vogal único tem de se indicar a si próprio, mas o que não quer dizer que, nalgum impedimento seu para participar na comissão para revisão do regimento não se faça substituir por alguém.-----

A Presidente da Mesa referiu tal não ser possível e que só se poderia fazer substituir nas Assembleias. De seguida, passou ao ponto número 3 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar a proposta de autorização genérica de assunção de compromissos plurianuais dos procedimentos de despesa com encargo orçamental em mais do que um ano económico” e deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.---

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu que relativamente a esta proposta de autorização prévia, iniciaram hoje com a realização desta Assembleia de Freguesia um novo mandato e por isso o Executivo apresenta a esta Assembleia de Freguesia, em cumprimento da legislação em vigor, a presente proposta que visa preparar o orçamento e as grandes opções do plano para dois mil e vinte e dois e os respetivos plano plurianual de atividades e o plano plurianual de investimentos onde estarão previstos todos os encargos com as atividades, programas e investimentos do Executivo da União das Freguesias de Queluz e Belas para dois mil e vinte e dois, incluindo, as respeitantes aos compromissos agora integrados nesta proposta e que virão em breve a esta Assembleia de Freguesia, bem como, permitir o início dos procedimentos concursais. Estamos num mandato de continuidade e, quer os Executivos que assumiu, quer os anteriores, desde sempre solicitaram tradicionalmente perante as Assembleias de Freguesia uma autorização para a assunção de compromissos plurianuais que mais não se destinam do que a permitir que os procedimentos de maior complexidade, como os concursos públicos e concursos públicos internacionais, que terão repercussões por vários anos, no máximo três anos, como a dos espaços verdes e do espaço público se iniciem e decorram dentro dos prazos e em cumprimento das regras concursais culminando na obtenção, nalguns casos, pelo visto prévio do Tribunal de Contas. Assim, decorre do anteriormente explanado que a fiscalização quer por parte desta Assembleia, quer por parte de entidades exteriores como o Tribunal de Contas, estará sempre assegurada. Assim, salvaguardando a transparência e a legalidade dos atos e os procedimentos elaborados ao abrigo da presente proposta, ainda propomos mais, nomeadamente

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

a obrigação de que impede sob o Executivo de trazer a esta Assembleia de Freguesia as listagens de todos os procedimentos efetuados ao abrigo desta autorização. O que reforça ainda o poder de fiscalização desta Assembleia de Freguesia. E a Assembleia de Freguesia pode ainda verificar a transparência na publicitação dos respetivos procedimentos uma vez que tudo será feito através do portal Base Gov. A quem inicia o seu mandato informamos e comunicamos que esta Junta de Freguesia de Queluz e Belas orgulha-se ainda de introduzir neste mesmo portal todos os convites prévios e ajustes diretos, mesmo os simplificados que realiza de forma que não subsistam dúvidas sobre a sua legalidade. Por fim, informou estar disponível para quaisquer esclarecimentos que pretendam obter sobre esta proposta.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) cumprimentou todos os presentes e referiu que o papel da Assembleia de Freguesia é o de fiscalizar a atividade da Junta de Freguesia e é para isso que estão aqui. Uma autorização genérica como a Junta de Freguesia pede, teme que demita à Assembleia de Freguesia esse último papel fiscalizador. Quando temos alguma dúvida em relação ao que votar devemos remetermos para a lei e no manual de apoio à aplicação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, o que diz é que a autorização prévia referida poderá ser dada aquando da aprovação das grandes opções do plano, que não é o que estamos aqui a fazer hoje, evitando-se a reunião casuística por parte dos órgãos deliberativos. Isto também não é uma autorização caso a caso. O que a Junta pede aqui hoje é uma autorização genérica e gostaria de obter mais esclarecimentos a este nível. Sabem que a Junta de Freguesia de Queluz e Belas precisa e muito de investimento, mas também precisa de uma Assembleia de Freguesia ativa e que não se demita do seu papel fiscalizador e a bancada do PSD vai estar sempre aqui para discutir e para viabilizar os investimentos que considere relevantes, mas não para passar cheques em branco e, para em próximas Assembleias, ver o que é que aconteceu, esperando que corra bem.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) cumprimentou todos os presentes e referiu que esta proposta que vem aqui hoje à Assembleia de Freguesia consubstancia a tentativa de ultrapassar aquilo que a lei determina e, aliás, isto é escrito na própria proposta que refere e passa a citar “Considerando que, a autorização de despesa que dê lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, de harmonia com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo ... que aprovou a lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso, a autorização prévia por parte do órgão deliberativo da Freguesia”, ou seja, esta Assembleia de Freguesia. Esta lei serve precisamente para não haver este tipo de, passa a expressão «cheques em branco». O papel da Assembleia de Freguesia é um papel fiscalizador e é um papel escrutinador do exercício do poder executivo que é executado, passa a expressão, pela composição do Executivo da Junta de Freguesia e, portanto, não nos parece a nós, Iniciativa Liberal, que seja uma boa prática aprovar uma autorização genérica e, pegando nas palavras daquilo que foi dito pela bancada do PSD, que ainda por cima não vem agarrado àquilo que são as grandes opções, não estão aqui a discutir os investimentos que vão fazer, estão aqui a discutir uma autorização genérica para os senhores que estão no Executivo fazerem o que bem entenderem e depois virem cá dizer o que fizeram. A Iniciativa Liberal não está disponível para passar cheques em branco, tanto mais que, claramente, seria uma demissão daquilo que é a nossa responsabilidade aqui. Quem nesta Assembleia de Freguesia estiver disponível para passar cheques em branco será conivente com o valor colocado no cheque e é preciso que percebam que ao passarmos aqui um cheque em branco não sabemos o que nos vão apresentar depois. Não está em causa a

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

idoneidade das pessoas, não está em causa a boa gestão, o que está em causa é um tema de princípio que a própria lei defende porque esta lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso não apareceu por acaso. Apareceu porque houve imensas derrapagens e imensa falta de controle ao nível dos vários órgãos autárquicos existentes neste país. Portanto, a Iniciativa Liberal não pode, de modo nenhum, acompanhar esta proposta e votará contra.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) mencionou ter algumas dúvidas acerca desta proposta. Quando refere no ponto c) “Em todas as sessões da Assembleia de Freguesia, deverá ser presente uma listagem com todos os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização”, ou seja, esta proposta é para nós darmos à Junta o poder de decisão sobre todos e quaisquer compromissos plurianuais que lhes apetecer fazer. É o que deduz daqui transferir para a Junta um poder que é desta Assembleia, ou seja, sermos nós a definirmos se concordamos ou não com os investimentos. Já há quatro anos veio uma proposta igual em que também referia que apresentavam uma listagem e, durante quatro anos, nunca viu nenhuma listagem enviada pela Junta para esta Assembleia com os compromissos plurianuais. Mas isso foram nos últimos quatro anos porque também foi aprovado por esta Assembleia um documento muito semelhante a este em que a Junta se comprometia a enviar para a Assembleia todos os trimestres ou, cada vez que houvesse uma assembleia, a listagem dos compromissos plurianuais e essa listagem nunca veio a esta Assembleia. Referiu ainda ter muitas dúvidas relativamente a este documento.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) cumprimentou todos os presentes e referiu que relativamente a este ponto da ordem de trabalhos tinha duas perguntas para colocar à senhora Presidente: 1ª pergunta - Porquê a urgência desta Assembleia extraordinária? Olhando para a ordem de trabalhos verifica que a única coisa que se encontra para ser deliberado é apreciar e votar uma proposta de autorização genérica. Portanto, porquê o objetivo desta Assembleia extraordinária? Porque normalmente as autorizações genéricas podem ser dadas em Assembleias ordinárias; 2ª pergunta está relacionada com a diferença entre o público e o privado. Enquanto no privado não se pode fazer o que é proibido, no público, o estado, só se pode fazer aquilo que a lei permite e, se a lei permite tem a ver com o princípio da legalidade. Referiu ter andado a pesquisar a legislação que foi dada na convocatória e não viu em lado nenhum uma autorização genérica. Não encontrou a palavra genérica em lado nenhum da legislação. Acrescentou que poderia ter visto mal, mas que a senhora Presidente ao escrever autorização genérica deve saber qual é o artigo da lei, do decreto-lei ou do regulamento que fala em autorização genérica porque se não lhe identificar qual é o normativo legal que fala em autorização genérica significa que autorização genérica não está na lei e, se não está na lei é ilegal. E, se é ilegal não se podem votar coisas ilegais. Por isso, solicitou à senhora Presidente que lhe dissesse qual é o normativo legal que fala em autorizações genéricas.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) cumprimentou todos os presentes e referiu que este tipo de autorização não o preocupa muito porque pensa que impende sobre a própria gestão da Junta porque estes compromissos plurianuais de acordo com o artigo terceiro da própria lei que é invocada inclui os salários, o pagamento da eletricidade, telefones, etc., e a lei também refere que tem de ter este tipo de aprovação. Sugeriu que, para além de apresentar a listagem dos compromissos plurianuais também fosse apresentada uma listagem dos previsíveis e, assim, já esta Assembleia poderia fazer fiscalização em tempo útil. Os compromissos que estão

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

previstos até ao fim do ano serem assumidos para que de uma forma preventiva a Assembleia possa manifestar-se e fiscalizar.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS/PP) mencionou terem uma opinião diferente daquilo que foi exposto até aqui. Encaram esta proposta como uma ferramenta de trabalho do Executivo da Junta de Freguesia e a mesma está ao abrigo da lei. A lei refere que “A assunção de compromissos plurianuais tem de ser aprovada no órgão competente” e o órgão competente somos nós, Assembleia de Freguesia e aquilo que a Junta de Freguesia está a dizer é «eu tenho um orçamento para apresentar já na próxima sessão e tenho lá propostas plurianuais para inserir nesse orçamento e, para que eu possa inserir essas propostas tenho de ter essa autorização prévia do órgão próprio, que somos nós» Mais ainda, a proposta, na sua opinião, está bem construída, até porque já foi aprovada em mandatos anteriores e aquilo que diz é que “A emissão de autorização genérica à assunção de encargos plurianuais, nos seguintes casos: quando a despesa resulte de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano ...” legalmente aprovadas. E quem aprova as grandes opções do plano? Somos nós nesta Assembleia de Freguesia. Portanto, se a Junta de Freguesia tiver a ousadia de apresentar uma proposta que não agrade aos membros da Assembleia, nós somos os primeiros a recusar. Portanto, o poder mantém-se permanentemente na nossa mão, quer seja, pelas grandes opções do plano, pelo orçamento, ou, por uma proposta casuística, que a lei também prevê. A lei também diz que “resultem de ... ou programas plurianuais legalmente aprovados” e quem é que aprova esses planos? Somos nós aqui. Isto é uma ferramenta que a Junta de Freguesia tem de ter para poder fazer o seu orçamento, as suas grandes opções do plano que vai trazer aqui para nosso debate. E aí sim. Aí nós temos que dizer se concordamos com esse investimento ou não concordamos com esse investimento. A última decisão é nossa. Por isso considera que a proposta está bem elaborada e por essa razão também foi aprovada permanentemente noutros mandatos. Provavelmente poderia acrescentar-se no ponto 1 da alínea a) que é normalmente aprovado, mas deduz-se perfeitamente que isso advém da lei. Mais ainda, no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 8 de 2012, vem mencionado na proposta que “Na assunção dos compromissos os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis”. Existem penalizações. Está na lei. -----

Solicitou aos restantes vogais que agissem com bom senso porque estamos aqui para fazer a nossa política, defender as nossas ideias, mas não podemos impedir o Executivo da Junta de Freguesia de apresentar os seus documentos nesta Assembleia. Depois, politicamente, decidiremos se queremos os espaços públicos arranjados ou não arranjados, se queremos os espaços verdes da Quinta do Mirante podados ou ainda por podar. Nós é que temos de tomar essa decisão sempre que o Executivo da Junta de Freguesia apresentar propostas plurianuais.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) referiu que o Vogal Silvino Rodrigues lhe tinha tirado a intervenção que ia fazer. Na realidade, há quatro anos, votaram favoravelmente esta proposta chamando à atenção, já na altura, para a necessidade da transparência que está referida na própria proposta, mas também, na informação a todas as pessoas porque qualquer freguês pode exigir e pedir uma informação à Junta sobre isto, mas em particularmente à Assembleia. E, nesse sentido, parecia-lhe cordial e não é preciso estar na proposta que, nesta listagem que vai ser presente a todas as assembleias, não seja uma simples listagem, mas seja uma fundamentação de forma a podermos compreender as situações. É de facto uma ferramenta útil e que já foi

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

aprovada há quatro anos e, na realidade, os encargos plurianuais foram sendo informados à Assembleia através da informação da senhora Presidente e através dos relatórios de contas e esse assunto minimamente foi informado. E, como disse, resulta de duas coisas, na alínea a) não são só despesas que resultem de projetos que estejam previstos nas grandes opções do plano como ainda, para além disso, esses encargos não devem exceder o valor que está referido de € 99.759,47. Isto também limita a possibilidade de os grandes projetos terem obrigatoriamente de passar por aqui. Mantemos a preocupação da necessidade da transparência e da informação e estão dispostos a votar favoravelmente porque é de facto uma ferramenta útil para o funcionamento do Executivo da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) referiu que na sua intervenção anterior não tinha sido claro e não conseguiu explicar qual era a sua ideia. Está na lei e encontrou em vários diplomas legais a autorização da assunção de compromissos plurianuais. Isto está na lei. O que não encontrou na lei foi a autorização genérica e a palavra genérica modifica tudo porque no fundo é para todos os compromissos plurianuais, a nível geral, não estamos a aprovar. Mais atrás, tinha referido que, a nível da legalidade, encontra na legislação a autorização de assunção de compromissos plurianuais em muitos diplomas, o que não encontrou em nenhum foi a autorização genérica. E a palavra autorização genérica muda tudo e como não encontrou na lei, para não ser ilegal tem de estar na lei e como a senhora Presidente possivelmente encontrou, solicitou que lhe dissesse qual era o diploma. Em qualquer dos casos relativamente ao argumento do Vogal Silvino, o mesmo afirmou que isto é importante como uma ferramenta para fazer, mas para fazer o quê? O que se vai fazer no plano plurianual tem de vir aqui à Assembleia, qual é o interesse da autorização prévia? Se a assunção de compromissos plurianuais tem de vir aqui para ser aprovada, porquê aprovarmos uma autorização genérica? Como não encontrou na lei solicitou, mais uma vez, à senhora Presidente para lhe dizer qual o artigo. Se não houver nenhum artigo que fale em autorização genérica, o que está aqui é ilegal e por isso já sabem qual é a sua votação.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) cumprimentou todos os presentes e referiu que a atividade da Junta não é uma atividade assistencial, é uma atividade revestida de interesse público. Lembrou que saímos há bem pouco tempo de umas eleições e, já hoje aqui foi falado pelo Sr. Bento Correia que, os cidadãos estão afastados das decisões políticas e que somos nós os representantes àqueles que votaram e os que não votaram. Este é o espaço próprio para qualquer deliberação vir aqui, não ser tomada posteriormente, mas sim à priori. É a Assembleia de Freguesia que deve verificar aquilo que o Executivo nos quer aqui trazer. O que nos está aqui pedido, uma autorização genérica e que diz assim “até ao termo do mandato”, portanto, temos aqui quatro anos pela frente com uma autorização genérica e quando os encargos não excedam o limite de 99 mil euros, ou seja, se multiplicar isto por dez temos aqui quase um milhão de euros. Quis lembrar de uma forma muito simples que é sempre possível porque não há aqui uma atividade existencial, é sempre possível, em tempo útil, encetar e lograr uma adjudicação e contratação com uma autorização prévia desta Assembleia. É fundamental darmos esta nova imagem a todos aqueles que provavelmente nos seguem lá em casa porque este espaço é exíguo. Não se consegue compreender como podemos ter aqui fregueses a assistir a uma Assembleia e até a serem interventivos, mas com um espaço exíguo. Recordou o que o Vogal da CDU referiu, durante quatro anos, a bancada do PSD, na altura, votou a favor, mas nunca veio aqui nenhuma relação e foram pedidas insistentemente, várias vezes, à senhora Presidente. A despesa dispõe de inscrição orçamental

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

que tenha cabimento na correspondente lotação, esteja adequadamente classificada e, para além do cabimento, do compromisso, verificação de fundos disponíveis e autorização dos encargos plurianuais, mas também sabemos que deverá vir e aí há alguma confusão com a bancada do CDS ao referir que isto deve ser feito, tal como a bancada do Chega que também acha que deve ser feito e, confundiu aí, despesas de pagamento de salários com investimentos, etc. Deverá vir aqui como a bancada do PSD sempre solicitou, primeiramente, um inventário de bens e os direitos e obrigações patrimoniais, contas do ano anterior, opções do plano e propostas do orçamento e, cá estamos depois nós, em função disso para agilizar e dizer que concordamos ou não concordamos. Referiu ainda terem verificado relativamente ao ano anterior, em urbanismo e zonas verdes que o orçamento teve um peso de 37.32%. Isto relativamente à última informação que a senhora Presidente da Junta trouxe à Assembleia. Os serviços administrativos, 23,04%, quando para a área social tinham um valor muito pequeno, na ordem dos 20% e sempre disseram que é ajudando as pessoas e estando com elas que, é possível mudar. Portanto, não podem aceitar o que está aqui a ser apresentado. O compromisso da despesa só pode ser assumido se for demonstrada a sua existência de efetivos fundos disponíveis para os satisfazer e não ao contrário.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu ter colocado uma questão e é aí que bate a sua dúvida e depois de ouvir tanta explicação ficou mais baralhado. Caso esta proposta seja aprovada, gostaria de saber se há algum limite e qual é o limite da assunção dos compromissos plurianuais. O documento tem duas alíneas, uma delas refere “quando a despesa resulte de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano” e nas grandes opções do plano pode haver projetos de 300 ou 400 mil euros e depois vem a segunda alínea que refere “quando os encargos não excedam o limite de € 99.759,47 ...”, ou seja, há aqui duas situações e é isso que precisa de perceber por parte do Executivo porque juntaram dois decretos-leis com artigos que não encaixam muito bem. Referiu precisar de saber qual é o valor limite que nós estamos aqui a aprovar. Se há algum valor limite e também a outra pergunta que colocou independentemente de há quatro anos, terem prometido e nunca ter vindo a esta Assembleia a listagem dos compromissos assumidos, o que é que consta nesta listagem, se é só o nome de quem foi adjudicado, se tem valores, data, por quantos anos, ou seja, precisa de saber o que estão a querer com esta proposta.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas mencionou ter procurado ler um documento precisamente porque queria chamar à atenção para aquelas situações mais importantes e que são relevantes para a Assembleia de Freguesia e, nomeadamente, enunciar que aqui não há retirada de qualquer capacidade de poder de fiscalização da Assembleia de Freguesia nesta proposta. Aliás, reforçando que os membros da Assembleia de Freguesia e o público em particular, pode consultar todos os documentos de todos os procedimentos através da plataforma que existe no portal Base Gov, onde se encontram todos os processos, valores e dados. Tudo o que for feito pela Junta de Freguesia, ao abrigo desta autorização genérica, depois já irão à questão do genérico, estará publicitada, aliás, como disse anteriormente e espera que tenham fixado, até publicam no portal aquilo que não é obrigatório publicar para que todos tenham acesso a todos os procedimentos, concursos, ajustes diretos simplificados, os concursos e contratos mais simples até mesmo com os trabalhadores são publicados para que não existam dúvidas sobre aquilo que é feito com o dinheiro público, porque estão a falar de dinheiro público e não de dinheiro do Executivo. Portanto, têm obrigação de o gerir como deve ser e este Executivo orgulha-se de o fazer e, aliás, têm tido

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

todos os concursos públicos internacionais aprovados e com visto do Tribunal de Contas precisamente por alguma razão e não é porque andam a procurar fazer qualquer trfulhice para chegar aos sítios. A verdade é que nós procuramos sempre cumprir a lei e disso não fugimos de forma alguma e se alguém pensa que o fazemos está muito enganado e se quiser pode ir consultar todos os documentos da Junta, lança já aqui o desafio.-----

Relativamente à questão da proposta em si, procurou até ler um documento e não falar de uma forma verbal aleatória precisamente para frisar que há aqui um reforço da nossa parte, com este pedido de autorização há um reforço de peso da fiscalização da Assembleia. Percebe que há vogais que é a primeira vez que estão aqui e que têm alguma dificuldade em perceber como é que isto funciona, o que é natural, mas no mandato anterior trouxeram duas propostas e há aqui vogais que no mandato anterior aprovaram essas propostas e que, na altura, não levantaram quaisquer dúvidas sobre o compromisso assumido em passar esta responsabilidade à Junta de Freguesia, assumindo sempre essa carga de fiscalização.-----

Relativamente à questão da apresentação das listagens e dos documentos, dirigindo-se ao Vogal Filipe Borregana, referiu que os relatórios trimestrais informavam sempre das despesas que eram tidas e pelos relatórios diziam o que era executado em termos dos contratos e, estava a falar de um caso concreto do concurso público internacional dos espaços verdes, não podem dizer qual é o valor do concurso, podem abrir um procedimento ou um concurso por um valor e até pode ser adjudicado por um valor inferior e, portanto, tem de haver sempre uma margem para o efeito. Quando falamos da parte dos concursos e, estamos a falar de um concurso público internacional, há um valor pré-determinado, e até tomou nota do valor global do concurso público internacional dos espaços verdes e foi de € 799.801,86. Portanto, ultrapassa largamente os 99 mil. Isto significa que, com a autorização dos vogais, vamos poder iniciar procedimentos para que haja outros como o concurso público internacional, sendo que este é o único que merece o visto do Tribunal de Contas, mas há outros concursos públicos que têm valores elevados, como por exemplo, o das calçadas do espaço público e foi uma necessidade que nós sentimos no anterior mandato, também devemos reforçar alguns procedimentos que tivemos na área da ação social, como por exemplo, na atribuição dos cartões alimentares em virtude de que a pandemia obrigou a que reforçássemos a verba prevista que inicialmente era de 5 mil euros para 40 mil euros e, se calhar, já justifica que a Junta faça não um contrato anual, mas um concurso que dê para os três anos porque, neste momento, os valores já estão e continuarão a ser, infelizmente, porque certamente todos nós temos essa perspetiva que vai ser necessário continuar a reforçar o apoio social e, em lugar de estar a fazer um concurso anual, nós optamos porquê? Porque é mais fácil e mais transparente e as pessoas sabem o que têm à sua frente, nomeadamente, a Assembleia de Freguesia pode fiscalizar dessa forma a questão deste tipo de procedimentos e está a falar deste como podemos falar dos medicamentos e aqui estão incluídos os contratos com eletricidade, com os consumíveis, está a falar apenas de alguns casos. Estão numa Junta de Freguesia que tem 44 mil pessoas, portanto, não estão a falar de uma Junta de Freguesia que tenha 500 eleitores e aí a assunção de compromissos, se calhar, nem se justifica, mas no nosso caso para nós trabalharmos e a Assembleia de Freguesia poder exercer a sua atividade fiscalizadora estes procedimentos são importantes.-----

Dirigindo-se ao Vogal António Caxaria, mencionou que era um prazer revê-lo nesta Assembleia de Freguesia. Relativamente à questão da autorização genérica, referiu que o mesmo tinha mencionado que está na lei

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

autorização prévia para assunção de compromissos, mas essa autorização prévia não é uma autorização genérica? Nós só adicionámos a expressão genérico porque ela só por si é genérica. Se não dissermos quais são os compromissos é sempre genérica, portanto, é uma questão de linguística porque se tirasse a expressão genérica chegaríamos à mesma conclusão. Se quiser nós retiramos, mas o objetivo é exatamente o mesmo.-----

De seguida, referiu que o Vogal Luís Garcez pela sua atividade também percebe um pouco como é que isto funciona, mas de facto o que nós queremos aqui sempre realçar é que, estas autorizações permitem que a Junta de Freguesia vá desenvolvendo procedimentos porque eles é que vão ter cabimento e compromisso nas grandes opções do plano e no orçamento. Portanto, só pedimos a autorização dos vogais para nos deixarem começar a iniciar os procedimentos para que o processo como concurso público internacional que vai terminar em breve, não exista um vazio entre a data da sua cessação e depois o outro concurso que, entretanto, estará a decorrer e que sabemos que demora alguns meses e se tudo correr com normalidade, como felizmente tem acontecido sempre, mediante o prazo de cinco, seis meses, está resolvido. Se porventura essa autorização não vier já, não podemos iniciar sequer os procedimentos e poderemos ter aqui, sob responsabilidade da Assembleia de Freguesia, processos que não podem avançar e nem sequer a Quinta do Mirante ser arranjada. Os ajustes diretos nestes casos, aliás a própria bancada da CDU estar a levantar dúvidas sobre esses ajustes diretos nestas situações e, portanto, nós queremos é que as coisas sejam feitas com toda a transparência e certamente um concurso público internacional neste valor e que agora vai ser superior porque recebemos mais áreas tem grandes exigências técnicas e exige outra responsabilidade se bem que isto é tudo feito numa plataforma, ou seja, a abertura do procedimento, a entrega de propostas, etc., é sempre tudo feito numa plataforma, não há aqui qualquer outra intervenção por parte da Junta sem ser chegar lá, clicar e aceder aos documentos e tem um júri. De facto, a questão da transparência da informação estão presentes em todos os atos, nos nossos relatórios, nas informações do TOC e do ROC porque de acordo com a lei tem de apresentar trimestralmente a informação escrita da Presidente e essa informação trás a parte administrativa e a parte financeira que é submetida à apreciação do TOC e trás sempre a sua respetiva assinatura e lá estão previstos os encargos, as despesas que houve, quanto é que foi por cada serviço e cada atividade, portanto, mais transparente do que isto ... Aliás, a própria lei obriga a que assim seja e acha muito bem e concorda porque há muitos abusos. Infelizmente há muitos eleitos que, ou por não saberem ao que vão, ou, por irem cheios de ideias e, de facto, o poder às vezes também é capaz de criar outras ideias e outras medidas para as pessoas, mas se há uma coisa que na Junta de Freguesia de Queluz e Belas não nos podem apontar é nós termos esse tipo de ideias porque nós estamos aqui para servir a população e está aqui a Assembleia de Freguesia que é o órgão máximo para poder fiscalizar a nossa intervenção. Podemos discordar politicamente, que é para isso que todos fomos eleitos, cada qual tem as suas opções políticas, mas no essencial, temos de ser objetivos e cumprir a lei e, portanto, é isso que nós procuramos fazer.-----

Dirigindo-se ao Vogal Carlos Diogo, referiu que de facto é interessante esta mudança e gostaria que o mesmo lhe explicasse porque é que considera que aqui não é possível e, de acordo com a lei, não é possível, quando noutras câmaras, como por exemplo a câmara do PSD, neste momento o PSD fez isso. A câmara solicitou à Assembleia Municipal esta delegação de competências para assunção de compromissos e o PSD aprovou e a

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Câmara Municipal irá executá-las. É preciso é perceber quais são os critérios a adotar. Estão a falar de uma Assembleia de Freguesia, não estão a falar de uma Câmara Municipal que detém milhares de euros e que terá outra forma de gerir, certamente.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) registou com agrado que a senhora Presidente da Junta de Freguesia comece a tornar específica a autorização genérica que foi apresentada. Gostava de lhe dizer e olhos nos olhos que aqui ninguém duvida da idoneidade de ninguém e não é isso que está em causa. O que está em causa é sermos confrontados com uma autorização para que depois sejam apresentadas as despesas ao abrigo dessa autorização. Não está em causa a classificação, a bondade da despesa ou o rigor, nada disso, o que está em causa é esta antecipação de autorização. Aquilo que o próprio lê aqui, dizendo aquilo que interpreta, interpreta um i e acredita que esteja a interpretar bem, diz assim “A emissão de autorização genérica à assunção de encargos plurianuais, nos seguintes casos: i) quando a despesa resulte de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano” e depois “quando os encargos não excedam o limite de € 99 mil ...”, ou seja, estamos sempre a falar de despesas constantes das grandes opções do plano. Então para que é a listagem? Nós vamos aprovar aqui as grandes opções do plano, ou não. Portanto, já sabemos que vão ser aquelas as despesas plurianuais, não vão ser outras porque a autorização que é pedida de forma genérica é para despesas plurianuais constantes das grandes opções do plano. Portanto, não percebe para que é que isto serve e foi eleito para dizer que não percebe. Não foi eleito para dizer que percebe e os votos que o elegeram valem tanto como os votos que elegeram qualquer vogal da sua bancada.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que aproveitando a deixa da senhora Presidente da Junta que, há quatro anos foi aprovado aqui, a bancada da CDU não aprovou esta proposta há quatro anos. Aprovou uma específica para contratação dos espaços públicos. Aprovou uma específica, não aprovou uma genérica. Referiu, ainda, que não se lamenta de não ir a tempo de se pôr um concurso internacional para os espaços verdes porque, em vez de ter vindo esta, podia ter vindo outra, ser uma genérica como foi a outra que a CDU aprovou específica para os espaços verdes com um valor específico de x. É isto que estava aqui a tentar perceber, ou seja, aqui não há um i, é isto mais aquilo. E se podemos aprovar umas grandes opções do plano em que é só uma previsão daquilo que se vai gastar, não quer dizer que se vai gastar, por exemplo, as grandes opções do plano plurianual de investimentos do ano de 2021 tinha uma série de rubricas abertas com dez euros, que depois podem ser introduzidos os valores que se quiser, necessários para a despesa. É uma questão política e estão só aqui a referir que, dentro desta linha não vão aprovar. Quanto aos espaços verdes, não é um genérico, é uma aprovação de um compromisso plurianual específico para os espaços verdes. Acrescentou ainda que, os elementos desta Assembleia não têm de ir ao portal Base Gov para ver o que a Junta está a fazer. A Junta tem a obrigação de informar esta Assembleia dos contratos que está a fazer, não precisam de lá ir e se vão lá é porque têm falta de informação da parte da Junta. A Junta é que terá de informar, e, lá está, se a tal listagem viesse a informar quais são os planos plurianuais que fez. Por isso é que nós vamos ao Gov.pt para fiscalizar a Junta. Não. A senhora Presidente é que tem de trazer essa informação a esta Assembleia.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) referiu que relativamente a este tema, é muito estranho porque hoje pegou-se na semântica disto e, nomeadamente, na palavra genérico. Em anos anteriores estes documentos foram aprovados porque isto é uma ferramenta de trabalho da Junta sendo que, a Assembleia de Freguesia sempre

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

teve hipótese de fiscalizar todos esses atos. A senhora Presidente da Junta pediu há pouco, e bem, para não dar uma interrupção num determinado procedimento concursal e, para que essa mesma continuidade se possa tornar mais célere, há necessidade de se poder adiantar algumas verbas dos compromissos que irão ser assumidos. Só não compreende, na realidade, é a mudança de posição de algumas bancadas aqui dentro. Foi dito na altura, como é dito agora, é uma ferramenta de trabalho, a Assembleia de Freguesia tem a hipótese de fiscalizar e deve fiscalizar porque é para isso que foram eleitos. Está a informação disponível no portal Base Gov e isto passa pelo Tribunal de Contas. Tem-se feito um grande alarido sobre isto e isto é bom para o debate político, não põe isso em causa e também estão cá para fazer política, mas não podem fazer política de modo a entravar o bom funcionamento de um órgão. O que está aqui a acontecer é que estão a tentar pegar nalgumas coisas que não fazem muito sentido.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) mencionou que ouviu atentamente a senhora Presidente e que devia lembrar efetivamente que em sessões anteriores foram regozijando e dando ênfase e conta, publicamente, de que os relatórios vindos sistematicamente melhorados e com mais informação, mas ainda não veio a informação pretendida, necessária e suficiente. E, deve dizer que, o que nós aqui pretendemos e fica aqui muito claro que isto é a assunção de um compromisso que se for € 99.758, não precisa de vir aqui porque já está uma aceitação dada há quatro anos porque diz assim “cessando a sua vigência, porém, com o termo do mandato”, portanto, reparem no que está aqui a ser pedido. E o que é que nós, bancada do PSD, pedimos? Referiu que ia lembrar quais são as competências do Executivo da Junta de Freguesia: equipamento rural e urbano, abastecimento público, educação, cultura, tempos livres e desporto, cuidados primários de saúde, ação social, proteção civil, ambiente e salubridade, desenvolvimento, ordenamento urbano e rural e, ainda, proteção da unidade e tem a competência da gestão e realização de investimentos e do planeamento. Esta Assembleia deverá reunir, no mínimo, quatro vezes por ano em sessões ordinárias e, uma delas, poderá ser já em novembro e, portanto, estão em novembro, ela podia ser marcada o mais rápido possível porque ultrapassavam tudo isto se, viesse aqui efetivamente a informação que é pertinente vir aqui a esta casa para decidirmos e decidirmos relativamente a quê? À eficácia e eficiência das propostas que aqui são trazidas. Podem decidir em função do montante inferir aos € 99.759,47, dez vezes, vinte vezes, o nosso orçamento de 2020 era de 2 milhões, 404 mil euros, portanto, multiplicar 99 vezes 24 estava dentro do orçamento e podiam muito fazer e trazer aqui, à posteriori, para tomarmos conta do que tinha sido feito. Não é isso que se pretende, esta bancada pede e que, compreendam todos os vogais, o que gostavam mesmo de ver era que satisfaça o princípio da economia, da eficiência e eficácia de cada uma das propostas. É isso que pretendem. A senhora Presidente falou dos concursos e até dos contratos dos funcionários que estão na plataforma e que pensa que não deviam estar. Deviam lembrar o regulamento de proteção de dados. Para terminar, julga ter respondido à senhora Presidente, foi muito claro e espera que a senhora Presidente não venha outra vez com troca de palavras.-----

O Vogal Jorge José (BE) cumprimentou todos os presentes e referiu que, para si, esta situação foi bem pensada porque ao princípio tinha algumas reticências, auscultou algumas situações e uma delas é o que se passou na Junta de Freguesia de Alvalade, onde se verificou o mesmo e, esta situação tem a ver com uma arma de trabalho que não viu colocar nada em causa porque tudo tem de passar pela Assembleia de Freguesia. Tudo tem de passar pelo Tribunal de Contas que é o órgão que fiscaliza qualquer contrato que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

venha a aparecer. A situação é pertinente e ainda estamos em estado pandémico e essa situação salvaguardou a eficiência daquilo que o Executivo fez em 2020 e 2021 porque pôde comprar coisas e fazer contratos com base nesta autorização. Por isso vamos pensar que nada vai acontecer, aliás, o Executivo quase na sua totalidade é o mesmo que foi no anterior mandato e portaram-se respeitosamente bem. Há algumas falhas de comunicação, mas isso não é o suficiente para agora impedirem esta situação. Informou que iria votar favoravelmente porque procurou saber a razão destas atitudes e não irá pôr em causa por que é uma ferramenta que em estado pandémico faz falta para que se possa trabalhar. Falou-se numa questão dos trabalhadores na base de dados e não querendo ser advogado de defesa do Executivo, mas a junta tem de salvaguardar em qualquer momento os dados pessoais dos trabalhadores que tem ao seu serviço ou, a Junta ou, qualquer entidade patronal. Portanto, tem de lançar, sim, os contratos quando vai adquirir um trabalhador para x meses e que o valor é tal e nunca é sabedora dos dados pessoais de qualquer trabalhador ou até colaborador que não seja contratado, mas que esteja a receber em prestação de serviços. Terminou a sua intervenção referindo que, às vezes, temos de ter um pouco de cuidado com aquilo que afirmamos.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) referiu que gostaria de fazer um esclarecimento: que os salários, os pagamentos de luz e esses tipos de pagamentos não são considerados compromissos plurianuais. Um salário não é um encargo plurianual, não está enquadrado neste regime legal e não é disso que estão a falar. O facto de uma coisa ter sido votada anteriormente ou ter sido votada noutros executivos, noutras Juntas de Freguesias ou de pessoas aqui terem votado há quatro anos e agora se terem apercebido que, se calhar, fizeram asneira e querem votar de outra maneira, não deve envergonhar ninguém. Nós devemos fazer aquilo que melhor sabemos à luz da informação que temos e devemos ter orgulho no órgão que somos. Acha excelente que isto esteja carregado na Base Gov, é muito bom que o Tribunal de Contas fiscalize, mas nós somos a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas e temos de fiscalizar também, não temos de cruzar os braços e dizer que não é preciso reunir tantas vezes até porque a pandemia ainda não acabou, portanto, se calhar não é preciso haver tantas Assembleias extraordinárias e o Tribunal de Contas depois verifica, não é isso. Nós somos a Assembleia de Freguesia e nós temos de fiscalizar e de ver. Posto isto, crê que o espírito da lei não é este, quando a lei diz que “os compromissos plurianuais devem ser autorizados pela Assembleia de Freguesia”, não é de forma genérica, há quatro anos está autorizado e agora façam o que entenderem e depois digam o que é que fizeram, só para nós termos noção à posteriori e depois de estar feito e de já não haver nada a fazer. O enquadramento legal diz que a autorização deve ser feita de forma casuística e que para a própria seria o melhor porque não tem problemas em vir às Assembleias de Freguesias e o ideal seria de forma casuística. Querem fazer uma assunção de compromissos plurianual, nada contra, trazem à Assembleia, explicam o que querem fazer e nós votamos e se for do interesse da freguesia com certeza que até passa por unanimidade e ninguém terá nada contra, ou, então, como também está previsto na lei, para evitar as reuniões casuísticas que seja aprovado aquando da aprovação das grandes opções do plano e, já está como o Vogal António Caxaria que perguntava “qual é a pressa?”. Ainda nem sequer estão a discutir o orçamento, não estão a discutir as grandes opções do plano, mas já queremos autorizar a assunção de compromissos plurianuais a quatro anos, até ao final do mandato.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU), respondendo à bancada do PS, referiu que não admite que diga que isto é uma questão de preguiça porque não é, mas isto é obrigação da Junta e, só para terem a noção, questionou

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

se sabiam qua a Junta de Freguesia assinou no mês sete, um contrato plurianual para aquisição de serviços para fornecimento e instalação de serviços de telecomunicações por 730 dias de 37 mil euros? Está publicado, mas não veio a esta Assembleia. Referiu outros contratos que a Junta fez e se quiserem saber que a Junta os fez têm de ir ao Gov.pt e é com base nisto que não pode concordar.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas referiu lamentar, mas tinha de referir que nós trazemos a esta Assembleia de Freguesia quando é para aprovar as contas, e quando é para aprovar os orçamentos, os dados estão lá todos inscritos e nós trazemos estas propostas quando é a aquisição, contratos de pessoal, mapa de pessoal, vem logo na altura das grandes opções do plano. Referiu estar estupefacta com a intervenção do Vogal Filipe Borregana. Falou no caso do GIP, deu como exemplo, tenhamos em conta que se calhar há coisas que não nos recordamos e, portanto, é bom não falarmos sem sabermos o que estamos a falar e se quiser ir ver as propostas que foram aprovadas nesta Assembleia de Freguesia, está tudo no site da Junta, e se quiser a Assembleia de Freguesia também terá as atas e, portanto, poderá fornecer e poderá consultá-las. Há coisas que temos de falar, mas temos que ter presente que elas vieram aqui à Assembleia de Freguesia e foram aprovadas, não sabe se foi com o voto da CDU, mas foram aprovadas por esta Assembleia de Freguesia.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) mencionou que queria propor um ponto de ordem porque já estão a discutir coisas de mandatos anteriores que nada têm a ver com a questão da ordem de trabalhos e do que estão aqui a falar. Referiu julgar que já todas as bancadas manifestaram as suas intenções, já esclareceram algumas dúvidas e outras continuarão, mas propunha abreviar e deixarem estas discussões.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que o que veio para ser aprovado nesta Assembleia, com o orçamento, é o quadro de pessoal. Isto é uma aquisição de serviços. É o que diz aqui.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) mencionou que iria ser muito rápido e que queria só esclarecer o seguinte: quando o Vogal do PS diz que esta proposta de autorização genérica é apenas uma ferramenta de funcionamento da Junta e é para evitar ou entravar o funcionamento, o próprio quis dizer que, normalmente a lei é para entravar a gestão de um organismo público porque se fosse uma entidade privada, a direcção podia fazer o que quisesse, mas num organismo público como é uma Junta de Freguesia, a lei obriga a forma de funcionamento. Portanto, dizer que isto é para agilizar o funcionamento da Junta é um mau argumento porque a lei não é para agilizar o funcionamento da Junta. A lei é para repor a legalidade dos procedimentos e a legalidade dos procedimentos está na lei e a senhora Presidente ainda não lhe tinha dito nada relativamente à legislação onde está autorização genérica e, a palavra genérica, não é apenas uma palavrinha. A palavra genérica muda tudo porque uma autorização é caso a caso e autorização genérica é durante os quatro anos, portanto, o que não querem fazer é limitar o funcionamento da Junta. O que pretendem é que a Junta funcione dentro da lei.-----

A Presidente da Mesa coloca à votação o ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor 14 (PS – 8; CDS-PP – 2; CH – 2; BE – 2); Contra: 7 (PSD – 3; CDU – 3; IL – 1).-----

O ponto n.º 3 foi aprovado por maioria.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) informou que queria fazer uma declaração de voto relativa ao ponto número 3 desta Assembleia, e passou à leitura da mesma:-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

“A Assembleia de Freguesia é o órgão fiscalizador do trabalho levado a cabo pelo executivo e tem a responsabilidade, o dever e o direito de tomar conhecimento de todas as medidas, documentos e contratos por ele praticados.-----

A proposta que é trazida hoje para apreciação e votação nesta Assembleia, pede-nos, em nome dos bons princípios da administração pública, nomeadamente da eficiência, economicidade e celeridade, que nós, vogais da Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas, passemos um cheque em branco ao Executivo ao escusar-nos da responsabilidade que temos de fiscalizar, discutir e votar a assunção de compromissos plurianuais, sendo esta uma das competências desta Assembleia, e esquecendo assim que também é um bom princípio da administração pública o critério de transparência das contas e contratos públicos.-----

Segundo a alínea c) desta proposta, serão apresentadas listagens nas sessões da Assembleia de Freguesia de todos os compromissos plurianuais assumidos pelo executivo para apreciação dos vogais eleitos em todas as sessões da Assembleia das Freguesias. Contudo, convém recordar que uma alínea semelhante a esta constava também da proposta apresentada e aprovada no início do anterior mandato sem que, no entanto, tivesse vindo à Assembleia qualquer listagem dos contratos plurianuais celebrados ao longo dos quatro anos do último mandato.-----

Neste sentido, a CDU não se demite de executar a tarefa política que lhe foi designada pelo povo nas eleições autárquicas e o seu dever de contribuir para uma gestão mais transparente e mais participada, e por isto, votará contra a proposta de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais.”-----

A Presidente da Mesa passa à apreciação do ponto n.º 4 da Ordem de Trabalhos “Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião” e dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) solicitou à Presidente da Mesa se permitia que lhe entregasse um requerimento a solicitar alguma documentação para melhor exercer o seu mandato neste quadriénio e que tem a ver com disponibilizar alguns documentos, nomeadamente os relatórios de entrega de lixo da TratoLixo, com as datas e os volumes entregues, os protocolos com a Câmara Municipal e o quadro orgânico da União das Freguesias e saber se os efetivos correspondem ao quadro orgânico. Tendo o mesmo entregue o documento à Presidente da Mesa.-----

O Vogal José Ferreira (CDS/PP) cumprimentou todos os presentes e informou que estão a ser efetuadas obras na Rua D. Pedro IV para colocação de lombas e, como já, em tempos anteriores, constatou inclusive com a presença da senhora Presidente, manifestamente pouco porque as lombas são baixas e os carros continuam a passar em velocidade excessiva e quem está na passadeira, na bifurcação que dá para o bairro e para quem segue em frente, continua a correr o risco de ser atropelado. Aquilo que se sugere é a colocação de um semáforo em que seja necessário carregar para ativar o botão porque não há um dia em que não seja uma pessoa quase atropelada naquela passadeira, independentemente de lá estarem as lombas há dois dias. Passam por ali cerca de quatrocentas crianças ou adultos e é um perigo constante. Portanto, apelou à colocação de um semáforo com betoneira de chamamento para o vermelho.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) cumprimentou o público presente pela paciência que tem tido para estar presente, esperando que continue assim. Uma primeira nota de solicitação para que o local da Assembleia

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

passa a ser outro porque na realidade estamos numa altura em que o nível dos casos de pandemia tem vindo a subir e aqui não temos possibilidade nenhuma de afastamento físico e devemos procurar outros meios e eles existem. A sala dos Bombeiros de Queluz ou de Belas tem condições e na Serra da Silveira e em Casal de Cambra também, portanto, é possível essa situação. O segundo aspeto que quis levantar, trata-se de uma situação também relacionada com o Centro de Saúde de Belas que está a funcionar de uma forma completamente degradada que foi possível verificar, tendo o próprio tido necessidade de se deslocar ao mesmo e a situação é de filas enormes à porta do Centro de Saúde. Na rua, são dezenas de pessoas, horas de espera e verificam-se situações de pessoas que acabam por desistir do atendimento. É preciso que tomemos algumas medidas, particularmente o Executivo que procure pressionar o agrupamento do Centro de Saúde de Sintra para eventualmente se poder resolver esse assunto. Para terem uma ideia referiu que, a Unidade de Saúde Familiar D. Maria I, em Queluz, tem nas duas Juntas cerca de 21 400 utentes para os quais existem doze médicos de família. E sem médicos de família existem ainda 1 380 utentes, o que significa um valor ainda inferior a 7%. Agora vamos ver o que se passa na unidade de saúde do Centro de Saúde de Belas que atende e tem 31 285 utentes e isto não são só utentes de Belas. O próprio não é de Belas, mas tem lá o seu médico de família. Na realidade, houve situações na altura em que foi formada aqui a Unidade de Saúde Familiar, em Queluz, houve alguns médicos que não aceitaram as condições e tal como o seu médico, que se mudou para o Centro de Saúde de Belas. Portanto, em 31 285 utentes, onde existem apenas oito médicos de família e os utentes sem médico de família são 18 812, o que significa à volta de 60%. Do conjunto dos 31 285 utentes, há 40% com médico de família e 60% sem médico de família. Isto é uma unidade de saúde que, embora esteja sediada provisoriamente em Monte Abraão, mas é nossa, da freguesia de Belas e, já agora, também da freguesia de Queluz. Solicitou os bons ofícios do Executivo no sentido de ir reclamar estas situações e exigir ao Ministério da Saúde, seja onde for, a necessidade de contratação de mais técnicos, médicos e enfermeiros. Informou que na próxima Assembleia irão apresentar uma moção sobre este assunto.

O Vogal Jorge José (BE) informou que o Bloco de Esquerda tinha estado reunido com a ARS, em Sintra, a expor os problemas de Sintra e que o Sr. Presidente Basílio Horta, fez na sua tomada de posse, a alusão a estes problemas porque de facto, isto não pode acontecer.

Referiu haver uma situação que tinha de ser salvaguardada, na Idanha, a Rua Norton de Matos não pode ter dois sentidos. O próprio esteve na referida rua e as pessoas chamaram-no à atenção porque a rua só pode ter um sentido onde também circulam transportes públicos e a confusão é imensa. Nas obras realizadas na Avenida Alves Redol esqueceram-se de colocar os desvios para as paragens dos autocarros, tendo os mesmos de ficar na via, havendo espaço para a realização desse desvio. Há ainda outras situações na Tala, Meleças, Serra de Casal de Cambra e na Serra da Silveira, onde a limpeza urbana é um caos, a recolha do lixo e outras coisas mais. Referiu ainda a questão da mudança dos transportes porque os contratos com a Carris Metropolitana já foram devidamente autorizados pelo Tribunal de Contas, no final de agosto e, neste momento, está a ser preparada a intervenção da entrada dessa empresa e acha que têm de auscultar o poder local para terem uma opinião. Fez um apelo a todos os partidos aqui presentes relativamente à taxa da ocupação de solos e se alguém tem gás natural sabe que é cobrada uma taxa, unicamente no concelho de Sintra, que tem a taxa máxima e é só unicamente em três concelhos do país que é aplicada. Fez um apelo aos

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

partidos que coloquem a questão em Assembleia Municipal porque esta taxa foi aprovada pela mesma. Os munícipes de Sintra que têm o gás natural, têm de pagar quase 1 ou 2% na sua fatura à Câmara Municipal de Sintra. Tem de haver uma consideração e os partidos têm de avaliar isto nas suas direções.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que relativamente ao último ponto do Vogal Jorge José, o Presidente da Câmara depois irá fazer um discurso a dizer que também não concorda e que também está muito preocupado com essa situação. Quanto ao Centro de Saúde de Belas, como tinha retificado, há mais de 60% de utentes que não têm médico de família e ainda bem que o Vogal Paulo Mourão tem médico de família, não sendo de Belas porque o próprio é de Belas e não tem médico de família no Centro de Saúde. Na penúltima Assembleia, do mandato passado, foi aprovada uma moção a solicitar colocação de cerca de treze médicos de família que, de acordo com os rácios, faltavam no Centro de Saúde de Belas para fazer face ao número de utentes que tinha, da qual esta Assembleia não recebeu qualquer resposta de qualquer entidade relativamente a esse assunto. Foi enviada para todas as entidades, desde Câmaras Municipais, Assembleia da República e não recebemos qualquer resposta. Se calhar, temos de fazer não uma comissão, mas uma manifestação à porta a exigir e chamar a comunicação social para ver se pomos aquilo a funcionar.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS/PP) mencionou querer falar sobre um problema que nos assola a todos e que tem a ver com a segurança ou a insegurança dos cidadãos de Queluz e de Belas. Como sabem, uma das propostas da Coligação Vamos Curar Sintra era e é a segurança dos cidadãos e propunham a implementação de uma medida que é a instalação de videovigilância. E, deram provas porque é que acham que a videovigilância deve ser instalada em alguns locais em Queluz e em Belas. Basta ver o que acontece na Amadora e noutros concelhos, a redução drástica da criminalidade para se perceber que a instalação da videovigilância é uma ferramenta importante para melhorar a qualidade de vida de todos nós que aqui moramos, aqui trabalhamos e aqui estudamos. Quero fazer uma pergunta à senhora Presidente da Junta de Freguesia. Tomei conhecimento, que hoje, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, disse em reunião de Câmara que estava a tratar com a PSP e com as entidades próprias, a instalação de videovigilância no nosso concelho, mais precisamente um investimento de 2 milhões de euros e a instalação de 143 câmaras, e a minha pergunta, clara e direta, é se a senhora Presidente da Junta de Freguesia tem conhecimento disto e se sabe informar esta Assembleia se Queluz e Belas estão inseridos nesse plano de instalação de câmaras de videovigilância? Isto é muito importante porque irão continuar a falar sobre este assunto e espera sinceramente que Queluz e Belas estejam inseridos neste plano das 143 câmaras.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas aproveitou para saudar o regresso do nosso Vogal Silvino, com quem também partilhou muitos momentos nesta Assembleia de Freguesia e neste mesmo local. Há aqui muitas pessoas com quem, em tempos passados, partilharam momentos, uns mais emotivos, outros menos, mas sempre na defesa das respetivas obrigações políticas e sempre numa relação estritamente saudável para o benefício da população.-----

Respondendo à questão colocada pelo mesmo, referiu não ter falado nessa questão durante a Assembleia porque não era o tema e, portanto, não o ia trazer à coação considerando os pontos da ordem de trabalhos, mas sim, é verdade, o senhor Presidente enunciou isso e, tal como sabemos que esteve no programa da Coligação “Vamos Curar Sintra” e no nosso programa também estava a insistência para que fosse

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

implementado o sistema porque este foi um projeto já previsto no anterior mandato do PS para a Câmara Municipal de Sintra e para a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em 2017-2021. Portanto, orgulhamo-nos e muito temos feito e temos procurado fazer todo o possível para chamar à atenção, aliás, até veio cá a comunicação social num determinado momento. Isto não é significativo que haja um aumento da violência ou do furto ou do roubo. Há é um grande sentimento de insegurança relativamente a alguns comportamentos menos éticos por parte de algumas entidades ou mesmo pessoas particulares e, portanto, isso criou aqui um sentimento de insegurança. E, precisamente a Junta de Freguesia de Queluz e Belas tem vindo, durante este mandato, a insistir junto da Câmara para que avance esse processo e a Câmara determinou que seria junto às zonas das estações. Referiu ainda que, no âmbito dos programas do contrato local de segurança aprovado para o Pendão e que é promovido pela Câmara e pelas entidades locais, nomeadamente, a Junta de Freguesia esteve envolvida sem tirar o mérito de todas as propostas que foram apresentadas pelas instituições e associações do Pendão, a Junta de Freguesia aproveitou esse momento para inserir no plano local de ação, a videovigilância. Isto já na perspetiva de se salvaguardar essa situação. Relativamente a nós, achámos que isso não seria suficiente, haveria outras medidas a serem implementadas que passariam pelo próprio estacionamento porque este na Avenida Miguel Bombarda e em determinadas zonas seria muito interessante porque teríamos sempre uma fiscalização intensa dos fiscais da empresa municipal de estacionamento de Sintra. Também permitiria que, em qualquer situação que ocorresse certamente que, no momento, haveria uma intervenção não só por parte desses agentes, mas também depois pela Polícia de Segurança Pública que podia ser chamada a intervir. Este é o nosso ponto de vista, mas a verdade é que nós fizemos com que, no plano local de segurança, ficasse precisamente previsto e, de facto, o governo aceitou a proposta. E, por isso, podemos dizer que a Junta de Freguesia de Queluz e Belas esteve no início do processo de vigilância que não está implementado e, queremos que hoje tenha sido dado o ponto de partida. Sabe, ao longo deste mandato, e, aliás, trouxe essa informação várias vezes aqui à Assembleia de Freguesia que a Câmara não pode fazer nada, ou seja, tudo depende da PSP, esta é que vai decidir quais são os melhores locais, onde vai ser implementado, etc. E, no meio disto tudo, aparece a autorização necessária da comissão de dados e, portanto, todos estes procedimentos têm de ser observados, mas estava nas mãos da PSP a elaboração desse relatório, portanto, o mesmo pelas informações que foram dadas hoje, já está na posse da Câmara e esta já está a trabalhar nisso. Já tem prevista uma reunião com o Vereador que está a acompanhar o processo e, nesse sentido, Queluz e Belas era um dos locais abrangidos.--- O Vogal Pedro Rola (IL) referiu que neste ponto que é um ponto muito genérico e permite que falemos de tudo. Poderia falar da segurança que já foi aqui falada também, ou, da falta de segurança porque estacionou o carro duas ruas atrás e pensou seriamente que ia ser assaltado até aqui, portanto, não é muito difícil perceber a falta de segurança em Queluz e em Belas, mas mais em Queluz. Em relação ao tema da videovigilância, o próprio enquanto liberal teria sempre grandes dificuldades em aceitar a videovigilância, mas percebe que se calhar é o mal menor porque um cidadão que não se sinta seguro, não se pode sentir livre e, portanto, para o próprio e, para a Iniciativa Liberal, aqui em Queluz e Belas faz sentido a videovigilância. Podia falar da recolha do lixo urbano que, no dia um de novembro, teve mais uma vez um pico em que os caixotes transbordavam em todo o lado, podia falar da manutenção dos espaços verdes que está por fazer em muitos sítios, mas o tema que gostava de falar hoje é o tema da saúde. Tinham uma

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

recomendação para apresentar ao Executivo da Junta, mas não o vão fazer porque têm dúvidas e consideram que não será numa Assembleia de Freguesia extraordinária e terá de ser numa ordinária e, na primeira oportunidade, apresentarão uma recomendação em relação à saúde. A saúde é de facto, neste momento, o grande problema e é aquilo que mais nos envergonha. Sabem que é um problema que não é da Junta de Freguesia, não é da Câmara Municipal, é um problema do país, sabem que há 4 mil pessoas que não foram diagnosticadas a tempo com cancro, sabem que há um milhão e cem mil portugueses sem médico de família, depois de o Dr. António Costa, há oito anos, ter prometido que todos teríamos médico de família e, oito anos depois, um milhão e cem mil, não têm e, portanto, não é um problema de Queluz e Belas, nem é um problema de Sintra, mas é um problema que afeta os nossos fregueses e é um problema para o qual apresentarão uma recomendação que, em linha com aquilo que está no nosso programa e que apresentaram aos cidadãos, nas eleições, pretende mitigar esta situação de carência efetiva do acesso aos serviços de saúde porque o estado deve garantir o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde. O estado não tem que prestar serviços de saúde. O que as pessoas não podem ter é acessos às listas de espera que é o que têm hoje, à chuva e ao frio para terem uma consulta daí a três meses e, portanto, apresentarão na primeira oportunidade uma proposta sobre esse assunto.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS/PP) referiu que no seguimento da intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia que mencionou que já foi entregue o relatório da PSP à Câmara Municipal, perguntou se esta Assembleia também iria ter acesso à informação relativa à área de jurisdição da União das Freguesias de Queluz e Belas, ao que lhe foi respondido que sim, seria aqui divulgado.-----

A Presidente da Mesa passou à leitura e votação da ata em minuta.-----

Votação: A favor 21 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3, CDS/PP – 2, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

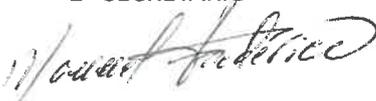
A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----

Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, Manuel de Campos Frederico, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia que a presidiu e pelos secretários.-----

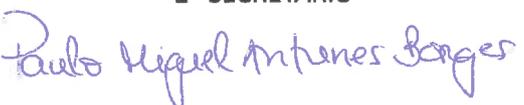
A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS


(Soraia Daniela Martins Pereira de Almeida)

1º SECRETÁRIO


(Manuel de Campos Frederico)

2º SECRETÁRIO


(Paulo Miguel Antunes Borges)

Boa noite a todos os presentes,

Senhora Presidente da Assembleia, senhora Presidente do executivo e restante executivo.

Representantes eleitos para a Assembleia da União de Freguesias.

Em nome da Cooperativa "O Nosso Lar" entidade sediada em Queluz, saúdo-vos a todos, sem exceção, enquanto políticos eleitos pela vontade da população local.

Na minha opinião espera-vos um paciente e cansativo trabalho, desde logo porque precisam de conhecer as coisas no terreno, precisam de conhecer as diversas populações, as carências que afetam as suas vidas e também o seu espaço público.

Para verem a dimensão das vossas dificuldades, que acredito se vão empenhar em ultrapassar, dos 44.751 inscritos para votar na União de Freguesias, somente 16.917 o fizeram, apenas 37,80 %. Significa que a grande maioria está de costas voltadas, direi mesmo que está zangada, embora por enquanto passivamente.

Havendo diversas razões para chegarmos aqui (razões locais, nacionais e até internacionais), vou da forma mais humilde possível apontar a pequena gota que são os espaços públicos da Q. Mirante:

1- Em Julho deste ano a União de Freguesias aceitou a transferência dos espaços verdes da Quinta do Mirante para a sua responsabilidade, certamente que já recebeu contrapartidas por as ter assumido. Porém, passaram 132 dias desde o início dessa responsabilidade e nem durante um só minuto elas foram assumidas, ou seja, os espaços verdes públicos da Quinta do Mirante estão abandonados, estão uma autêntica selva.

2- O problema é que o abandono prejudica o concreto da vida das pessoas, imaginem como estão as relvas ao fim de 132 dias por aparar?

3- Há neste momento árvores de grande porte, cujos ramos chegam às janelas das pessoas, há também arbustos e até catos a tapar por completo portas e janelas dos andares sitos nos R/C.

4- Há resíduos nos passeios deixados por algumas pessoas que tratam das plantas junto das suas portas.

5- Há arbustos a obstruir pedonais e escadarias de acesso, dificultando a vida às pessoas com problemas de locomoção.

6- Há sobreiros com os ramos a bater nos prédios.

7- Os canteiros estão transformados em caixotes do lixo.

8- A Rua Arnaldo Fernandes de Almeida está transformada num gigante caixote de lixo e os seus passeios estão cheios de dejetos de caninos.

9- Os candeeiros chegam a estar desligados durante várias semanas, tal é a situação neste momento.

10- O edifício do IHRU existente entre a Rua do Mirante e a Praceta Walter dos Santos, foi abandonado pelo estado português há mais de 20 anos, e assim permanece, para infernizar ainda mais a vida dos moradores.

No que diz respeito ao espaço público é apenas uma pequena amostra do que é a realidade ao longo dos diversos lugares da União de Freguesias. Obrigado

